



MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III · N. 22 · 2A. QUINZENA DE OUTUBRO DE 1991 · Cr\$ 150,00

Contra as Demissões, Greve com Ocupação de Fábrica

As mil e quinhentas demissões na Brastemp anunciam uma onda de desemprego na Indústria do País. Todas as previsões apontam para o agravamento da recessão, o que quer dizer mais demissões. Só existe uma maneira de brecá-las: ocupando as fábricas e parando a produção com a greve.

Por um movimento nacional antiimperialista contra a desestatização

O governo pró-imperialista de Collor já tem planejado todo um calendário para entregar as estatais lucrativas aos tubarões capitalistas, principalmente estrangeiros. As estatais que dão prejuízo irão à falência, conforme prevê o "Emendão", e serão entregues como sucata. O nacionalismo burguês mostrou toda a sua covardia e impotência ao recuar diante da privatização da Usiminas. Só a ação de massas pode enfrentar o imperialismo e impedir a entrega e aumento da opressão nacional. Todos os sindicatos devem convocar assembleias para entrar nessa luta: ocupar as estatais e impor o controle operário!

Campanha contra a perseguição política a Guillermo Lora

Defender Lora e defender
a Revolução Proletária

Participe da campanha
internacional contra a tentativa de
prender o dirigente do POR
bolíviano.

Apole o abalxo assinado!
Divulgue em sua categoria, seu
sindicato, sua associação de
moradores!



**Viva Os 74 Anos
Da Revolução Russa**

Veja matéria na página 14

Unificar as Campanhas Salariais !

Contra os baixos salários, vamos exigir:

-Recuperação de todas as perdas !

Contra a superexploração:

-Salário Mínimo Real do DIEESE (220 mil cruzeiros)

Para enfrentar a explosão inflacionária:

-Escala móvel de reajuste salarial !

Convocar as assembleias !

**Formar os Comandos unitários de base
e o comando geral unificado !**

O Partido da revolução proletária

A doutrina marxista, formulada por Marx e Engels, expõe pela primeira vez no Manifesto Comunista (1848) a necessidade histórica do partido operário revolucionário. Em sua essência, o partido cumpre a função de tornar a classe operária, instintivamente revolucionária, em classe conscientemente revolucionária e de possibilitar que chegue ao apoderado do Estado, tornando-o a ferramenta das transformações socialistas.

Eis a colocação: "O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado". A experiência histórica de construção de partidos demonstra que somente o partido revolucionário pode cumprir estes objetivos estratégicos acima assinalados.

Marx e Engels puderam ter precisão quanto à natureza revolucionária do partido operário, porque partiram da doutrina do socialismo científico. Ou seja, da análise (materialismo histórico) de que o regime de produção capitalista, uma vez constituído, se esgota enquanto possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas. Torna-se historicamente caduco, porque se baseia na contradição insolúvel entre as forças produtivas (trabalho humano e máquinas) e as relações capitalistas de produção, fundadas na forma de propriedade capitalista dos meios de produção.

Esta passagem do Manifesto resume a essência da descoberta marxista: "As forças produtivas de que dispõe (refere-se ao capitalismo) não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa, pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las; e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa".

Ao lado desta descoberta, está a importante conclusão estratégica de que a classe operária emerge como a força social revolucionária capaz de realizar profundas transformações históricas. Esta é a conclusão: "A burguesia, porém, não torjou somente as armas que lhe darão morte (refere-se às contradições objetivas do seu sistema econômico), produziu também os homens que manejarão essas armas - os operários modernos, os proletários".

Como vemos, o reconhecimento da necessidade da classe operária se construir em classe consciente através do partido operário advém das análises, premissas e conclusões do socialismo científico, sintetizadas no programa do Manifesto Comunista. É por isso que o marxismo é claro no objetivo programático do partido "o que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Ora, a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classes, na exploração de um pelos outros. Neste sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada".

A abolição da fonte de exploração e miséria depende da construção do partido político, que levará as massas a realizar a revolução proletária.

A crise é descarregada sobre as massas

A explosão inflacionária (20% ao mês) demonstra o descontrole da política econômica do governo e, principalmente, a corrida da burguesia para manter os lucros. A luta desenfreada dos preços atinge em cheio o custo de vida. Os alimentos básicos sofreram as maiores altas. Os industriais reclamam que a rentabilidade de suas empresas vem caindo. E que os altos juros estão quebrando seus negócios. E o governo, por sua vez, responde que sem política monetária restritiva (altos juros) não é possível evitar a hiperinflação. Enquanto isso a política salarial aprovada no Congresso se mostra incapaz de defender o poder aquisitivo dos trabalhadores, já achatado pelos sucessivos Planos antipopulares.

Quem controla a economia e define as soluções econômicas são os capitalistas. As massas, quando não lutam, recebem passivamente todo peso da crise, em que se aumenta a exploração. O choque entre a orientação do governo e os grupos capitalistas reflete a luta no interior da classe burguesa sobre como administrar a profunda crise estrutural da economia. O resultado sempre se volta contra os assalariados.

A recessão, combinada com a inflação, em grande medida, resulta das condições impostas pelo imperialismo do Brasil pagar a monumental dívida externa. Os violentos cortes orçamentários reduziram drasticamente os investimentos. O desemprego de milhões reduziu a massa salarial, voltada para o consumo. E o achatamento dos salários completa o quadro recessivo, intensificado com os juros exorbitantes. Estas imposições de quebra da economia e empobrecimento das massas têm origem nos acordos do governo brasileiro com os credores internacionais (FMI, Banco Mundial, etc).

O Brasil necessita de crescer em grande escala, porém, na sua condição de país atrasado e submetido ao imperialismo, está obrigado a se submeter às condições da crise mundial capitalista, em que as potências, para se protegerem, impõem grandes sacrifícios às débeis nações. A burguesia interna concorre entre si para manter seus negócios e descarrega violentamente a desagregação econômica sobre a maioria nacional. Disto decorre a necessidade dos explorados se levantarem nacionalmente em luta contra o governo antinacional e antipopular, os capitalistas nativos e o imperialismo.

Cresce a divisão interburguesa As massas devem avançar

O avanço da crise econômica, com o descontrole crescente da inflação, recessão, etc tem aumentado a crise política. A burguesia está dividida ao redor do Emendão, que implica na liquidação de determinados setores. O governo desgastado não consegue arrastar a maioria burguesa sem comprometer a efetivação do conjunto das medidas econômicas antinacionais e antipopulares. Collor apoia-se cada vez mais no imperialismo e nas Forças Armadas para continuar governando. Com o crescimento da divisão interburguesa, avança a crise de regime político. O recentemente empossado ministro da economia já mostra sinais de impotência. A corrupção corrói o governo até dentro de sua própria casa (escândalo da LBA). O vice-presidente, Itamar Franco, expressão oligárquica, distancia-se publicamente de Collor a partir da desnacionalização.

A maioria burguesa só admite aprovação parcial do Emendão, via difíceis "Entendimento Nacional". O projeto confere amplos poderes a Collor e centraliza totalitariamente a ação do estado. A possibilidade do Supremo Tribunal Federal trazer para seu julgamento questões que tramitam em outros fóruns de Justiça visa disciplinar a luta interburguesa, impedindo que o poder judiciário intervenha a partir de suas instâncias nos conflitos, como ocorreu no caso do leilão da Usiminas. Trata-se da necessidade de maior controle ditatorial do governo, que corresponde à tendência fascizante frente à luta de classes.

Duas tendências burguesas despontam da crise de governabilidade. Uma delas aponta para o parlamentarismo (antecipação do plebiscito), para

substituir Collor por um primeiro ministro. Essa perspectiva reúne desde Delfim Neto (PDS) até José Richa (PSDB) e José Serra.

A outra conspira para que Collor saia, através de renúncia forçada (impeachment). Nesse caso, Collor seria substituído pelo vice Itamar Franco. Apresentam esta alternativa setores oligárquicos nacionalistas e até o reformismo (Meneghelli chegou a afirmar que a posse de Itamar Franco poderia significar o surgimento de "um outro projeto, de um outro pensamento que poderia dar uma outra esperança para o país").

Tais manifestações, na realidade, objetivam pressionar o governo a modificar sua conduta perante a crise e a permitir reestruturar a correlação de força do Estado, debilitado pela divisão interburguesa e pelo isolamento de Collor. A ala pró-imperialista (Delfim, Fiusa) trabalha para que se acelere o plano de abertura econômica, enquanto que os setores nacionalistas exigem moderação e progressão nos objetivos entreguistas.

A ausência do movimento operário organizado nacionalmente contra o governo reacionário permite que a crise de governabilidade seja um meio para a burguesia negociar a marcha da estratégia de recolonização do imperialismo.

O reformismo e a burocracia sindical da CUT, a exemplo da Força Sindical e CGT, procuram arrastar as massas por detrás da divisão burguesa. A linha revolucionária, ao contrário, consiste em aproveitar a desagregação governamental para fortalecer a luta direta dos assalariados por suas reivindicações vitais e avançar o movimento independente contra o governo.

O Emendão e pró-imperialista É preciso barrar a entrega nacional

O aprofundamento da crise interburguesa obrigou o governo a retirar um grande número de medidas do Emendão, como o fim da aposentadoria por tempo de serviço, do sigilo bancário e a eliminação da estabilidade do funcionalismo. O governo se mostrou débil frente à divisão das forças burguesas. Teve de recuar para facilitar a aprovação dos outros pontos do Emendão, principalmente a extinção do monopólio da extração de minerais (desnacionalização e privatização da Petrobrás), que é a espinha dorsal da reforma constitucional.

As dificuldades em costurar um acordo (Entendimento Nacional), que tornasse possível aprovar o Emendão, estão nos conflitos de setores do capital, principalmente das oligarquias regionais, seriamente ameaçadas pelas reformas. Apesar da resistência desses setores (causada pela necessidade sobrevivência e nada mais) procura um acordo geral sobre a desnacionalização (entrega da economia ao capital estrangeiro - imperialismo).

O profundo ajuste fiscal contido no Emendão já está prejudicado pela supressão de uma série de propostas que atingiam os privilégios parasitários que certos setores oligárquicos mantêm com a União, principalmente dos estados nordestinos. A retirada de orçamentos bilionários como o da Previdência, ou a demissão inedita de funcionários públicos, por exemplo, também comprometem o resultado final pretendido por Collor. A tendência é de que a crise econômico-financeira continue a se agravar.

Por iniciativa do deputado petista José Genoíno, com o apoio e desenvolvimento da proposta pelo PSDB e PMDB, o Emendão vai ser votado por blocos. Trata-se de uma maneira dos reformistas participarem na aprovação dos pontos menos polêmicos e de facilitar a aprovação de outros, exigidos pelo governo, segundo a disposição dos partidos da oposição burguesa. A tendência é a da aprovação inicial da abertura da economia, desnacionalização e fim do monopólio da extração mineral e do ajuste fiscal e rolagem da dívida dos estados e municípios. Os outros pontos devem aguardar mais "acertos" interburgueses.

O governo enfraquecido pela divisão de interesses busca a unidade mínima que assegure a governabilidade e atenda às pressões do imperialismo. O Emendão demonstra como a burguesia conspira contra a economia nacional, mostrando-se incapaz de rechaçar as pressões do imperialismo, e contra a vida das massas. O proletariado terá de se armar de um programa antiimperialista e anticapitalista para agir revolucionariamente perante a crise capitalista.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL No 01171 · CEP 01057 · SÃO PAULO · SP

Collor vai pagar a Dívida.

As nossas custas

O Brasil está próximo de fechar um acordo com o FMI. As exigências do imperialismo têm sido cumpridas pelo governo brasileiro, como a mididesvalorização de 15% do cruzeiro em relação ao dólar, no último dia primeiro, a determinação na privatização das estatais e a proposta de ajuste fiscal embutida no Emendão. Falta apenas a aprovação do Congresso e a compra de bônus do governo americano, a serem "pagos" daqui a 30 anos, a título de garantia sobre os juros e a dívida brasileira. O imperialismo exige que o Brasil entregue US\$ 4 bilhões em troca desses papéis e mais 50% dos juros que vencem neste ano. O governo brasileiro tem pago 30% e se dispõe a entregar US\$ 2 bilhões pelo bônus.

Qualquer que seja o valor acertado, o acordo significará um aumento no déficit do governo, que acelerará as tendências inflacionárias. A submissão de Collor ao imperialismo agravará a crise brasileira, descarregando mais esse custo sobre os assalariados. Enquanto se alimenta o parasitismo do imperialismo, aumenta-se a opressão sobre o país.

Não pagar a dívida e expulsar o imperialismo é a tarefa colocada para as massas sacrificadas pelo entreguismo da burguesia nacional incapaz.

PMDB DEFENDERÁ CAPITAL ESTRANGEIRO

O presidente do PMDB, Orestes Quêrcia, declarou que seu partido vai "defender um tratamento prioritário às propostas de reforma fiscal e de abertura da economia para o capital estrangeiro na discussão do Emendão".

Já o governador de São Paulo, Fleury, foi a Collor apresentar a proposta do PMDB para o Emendão. A principal mudança feita por Collor após consultar Fleury foi a retirada do ponto do fim da estabilidade do funcionalismo, substituindo-a pela estabilidade após o prazo de dez anos para os novos concursados.

O PMDB mostra sua verdadeira face: um partido burguês, pró-imperialista e antipopular.

O Retorno do Nacionalismo Burguês

A política pró-imperialista de Collor vem provocando cisões no interior da burguesia. Como país semicolonial que alcançou um grau elevado de industrialização e formou uma burguesia industrial com fortes interesses nacionais, a divisão interburguesa em torno da relação do país com o imperialismo é parte da sua formação histórica. A utilização do Estado Nacional como fator de controle de setores estratégicos (siderurgia, petróleo, etc) e instrumento de proteção do capital nativo sempre foi motivo de profundas crises de poder. Embora a burguesia nacional nunca tenha alcançado grande independência frente ao imperialismo, determinadas particularidades da situação nacional e internacional permitiram que a política econômica pudesse ser colocada a serviço dos interesses do capital interno, principalmente sob o governo getulista.

O golpe de outubro de 1945 foi produto das contradições acumuladas entre a fração nacionalista e a pró-imperialista. A essência da mudança de governo esteve calcada na negação do nacionalismo econômico de Vargas. O governo de Gaspar Dutra galgou o poder

apoiado no liberalismo econômico, que pressupõe reduzir o poder de intervenção estatal e abrir os setores nacionalizados para a tutela imperialista.

Em 1946, o capital internacional exigiu uma reforma constitucional, que possibilitasse o manejo das fontes de minérios e energia. O projeto de lei "Estatuto do Petróleo" abria às companhias estrangeiras a exploração do petróleo em todos os aspectos. Em contraposição, surgiu o movimento "O petróleo é nosso", baseado nos comitês de defesa do petróleo nacional. O posterior desenvolvimento se caracterizou pela convivência do estatismo, ampliado no regime militar, com a penetração imperialista em setores altamente rentáveis.

Em virtude da atual grande crise mundial, este equilíbrio se tornou insustentável. O imperialismo pleiteia uma nova relação, em que parte da economia estatizada, dos recursos naturais e do mercado seja colocada a seu dispor. O governo Collor expressa a recolonização do capital financeiro internacional. O seu Plano de Reconstrução Nacional (antinacional) retoma os princípios do liberalismo imperialista, colocados em 1946. A sua aplicação integral resultará numa devas-

tação extraordinária da semicolônia. A enorme crise de estado, que desintegra o governo Collor, tem suas raízes nos choques de interesses nacionalistas e pró-imperialistas.

As manifestações de ex-ministros militares e políticos das oligarquias estatais, bem como o ressurgimento de articulações nacionalistas (Frente Parlamentar Nacionalista), são expressões da luta intestina à classe burguesa. Ressalta, neste quadro, o fato do proletariado ainda não se colocar como a força genuinamente antiimperialista, porque anticapitalista (caso organizado no partido revolucionário), o que poderá arrastá-lo subordinado às forças burguesas em choque. O reformismo e o sindicalismo burocrático trabalharão para mantê-lo por detrás dos nacionalistas, chamando-o à colaboração de classe.

A política da vanguarda revolucionária, defensora da construção do partido operário, terá de desenvolver um programa de luta antiimperialista e anticapitalista e trabalhar pela independência de classe, que só poderá se materializar se o proletariado se colocar à frente da maioria nacional oprimida numa Frente Revolucionária Antiimperialista.

Construir a Frente Revolucionária Antiimperialista

Governo continua as privatizações

O governo remarcou e pretende realizar a qualquer custo o leilão da Usiminas. E já tem marcado novos leilões de estatais: a Celam será colocada à venda em primeiro de novembro, a Mafersa dia 11, e a Cosinor dia 14. A Aços Finos Piratini e a Sociedade de Navegação da Bacia do Prata serão vendidas até o final do ano.

Depois do marca-desmarca leilão, que passou por muita conversa com os chamados "nacionalistas", a Usiminas será entregue ao capital estrangeiro, que adquirirá 90% das ações que serão leiloadas, principalmente a Nippon Steel japonesa.

O Emendão tem embutido o fim do monopólio de extração de minérios e a possibilidade de falência de estatais deficitárias. Assim, o imperialismo poderá abocanhar as estatais lucrativas e negociar a sucata das deficitárias, obtendo lucros fabulosos. A argumentação do governo de aplicar recursos das estatais em saúde, educação, etc revela-se uma balela. As estatais lucrativas serão doadas e as deficitárias serão quebradas.

A burguesia nacional, mesmo com seu setor nacionalista mesquinho, revelou-se pró-imperialista, incapaz de impedir a entrega nacional.

Para impedir a privatização, só a ação de massas, as ocupações das estatais e o controle operário. O movimento operário deve responder com a greve geral contra a entrega nacional.

PT: Capitulação vergonhosa

O PT não lançou uma campanha nacional independente de massas contra a privatização da Usiminas. Preferiu ficar a reboque da iniciativa de Brizola. E mergulhou nas manobras do Congresso e da pressão parlamentar. Acabou por capitular frente ao governo, tentando apenas emendar a Medida Provisória 299, que permite o pagamento das ações da Usiminas com títulos da dívida externa e outros papéis estatais, que custam menos de um quarto do valor nominal.

A proposta do deputado Paulo Bernardo estabelece deságios para aqueles papéis, e a de Irma Passoni prevê leilão para estabelecer seus preços. José Genuíno se diz a favor da privatização, utilizando-se do palavreado como controle público. O único reparo do parlamentar petista é quanto ao tipo de moeda aceitável para a venda. O PT admite, portanto, o leilão e a entrega da estatal ao imperialismo.

O reformismo mostra sua face de corrente pequeno-burguesa, incapaz de opor-se de fato às pressões do imperialismo. Conclui capitulando e aceitando as imposições dos parasitas internacionais.

Os militantes classistas precisam perceber a falência da proposta social-democrata, romper com o reformismo impotente e pró-burguês e se engajarem na construção do partido revolucionário.

BRIZOLA E SEU ATO Capitulação Nacionalista

O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, desmarcou definitivamente o ato que promoveria contra a privatização da Usiminas. Depois de adiarlo e ter chegado a confirmá-lo com a participação dos "nacionalistas" (Aureliano Chaves, Quércia, etc), Brizola suspendeu a manifestação.

Anteriormente, já havia declarado sua intenção de que o ato não fosse "contra o governo", mas somente contra a privatização da Usiminas, revelando seu compromisso com Collor. Depois, percebendo a impossibilidade de realizá-lo com esse conteúdo e pressionado diretamente por Collor, preferiu substituir o palanque por um "apelo" ao governo para que suspendesse as privatizações.

O nacionalismo de Brizola esbarra na impotência da burguesia nacional frente ao imperialismo e no medo de que as massas, postas em movimento, não se limitem a pressionar o governo, desencadeando um movimento revolucionário anti-imperialista e anticapitalista.

Cresce a divisão interburguesa Levantar as massas para enfrentar o imperialismo

A investida de Collor para privatizar a Usiminas e abrir o mercado aumentou a divisão das forças burguesas no aparelho do Estado. A fração radical pró-imperialista formou o Bloco de Economia Moderna (BEM) não só para apoiar o governo como também para pressioná-lo frente à lentidão como vem implantando o Plano de Reconstrução Nacional. Segundo as lideranças do BEM (Roberto Campos, Delfim Neto, etc), Collor titubeia na tarefa de golpear as resistências nacionalistas e defendem que deve ir mais a fundo na linha antinacional e antipopular.

Do outro lado, a Frente Parlamentar Nacionalista, que reúne 150 parlamentares, lançou um Manifesto condenando o desmantelamento do Estado e a desnacionalização da economia.

A luta entre as frações parlamentares pró-imperialistas e nacionalistas resulta da divisão burguesa frente às soluções para a crise estrutural do capitalismo. A

quebra do governo Collor e a crise política expressam esta cisão, que tende a se tornar mais aguda.

A crise governamental só não avança, mais dada a timidez dos nacionalistas, que temem um levante das massas empobrecidas. A burocracia sindical e o reformismo petista se adaptam ao embate das duas frações burguesas, bloqueando a luta direta dos explorados e impedindo que alcancem a unidade nacional contra o governo reacionário.

Conforme a desintegração da economia recaia mais pesadamente ainda sobre os assalariados, estes tenderão a reagir. Há que se preparar o caminho, defendendo a estruturação da Frente Revolucionária Anti-imperialista, que inicialmente poderá ser impulsionada em defesa do estatismo contra o entreguismo.

Quem Salvou Erundina?

Os 41 votos obtidos pela prefeita a favor das contas do município não só evitaram sua inelegibilidade (não mais poderia se candidatar) como revelaram a dependência do PT frente às relações políticas estatais e aos partidos burgueses. Erundina só reuniu os votos necessários graças a Fleury e Quércia. Justamente dependeu do PMDB, acusado de corrupção administrativa no governo de Quércia, para o que José Dirceu propunha uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Os jornais chegaram a insinuar que houve um acordo de bastidores para que Quércia colocasse sua bancada do lado da prefeita.

Na realidade, tal suspeita não tem importância. O essencial é que o PT se socorreu do poder de Quércia-Fleury. O compromisso do PT com a burguesia

foi a tal ponto que se apoiou na FIESP, com a assinatura de Mário Amato no manifesto em defesa de Erundina. Por detrás do esquema, emergiu a força da Igreja, parceira do Estado, na figura do cardeal D. Paulo Evaristo Arns.

Os próprios partidos burgueses e o Estado, através do TCM, criaram a situação de cassação de Erundina e eles mesmos a salvaram. Deram a lição necessária para o PT. Ou seja, caso o partido pretenda permanecer na Prefeitura e, principalmente, alcançar o poder do Estado, terá de fazer parte da política estatal capitalista e criar laços de interdependência com os partidos burgueses. O PT respondeu positivamente às pressões que cercavam Erundina.

O Que Fala e O Que Faz o Governo Democrático e Popular

O PT, através de sua direção majoritária Articulação, apoia-se na tese de que é preciso ser realista em política. O problema está em se saber o que é ser realista. Para a Articulação, significa construir um partido que seja alternativa viável para dirigir o país. Com isso, quer dizer um programa compatível com o Estado burguês, com o democratismo eleitoral e com o poder econômico dos capitalistas.

Esta visão se contrapõe à luta revolucionária pela derrubada da burguesia do poder pelas massas, o que pressupõe a construção do partido operário marxista. Eis o que o PT considera uma política não realista.

Os acontecimentos envolvendo a prefeita Erundina, no entanto, vieram expor o que é o realismo pró-burguês. Precisamente a mais brutal corrupção política. O governo democrático e popular se mostra antidemocrático ao se apoiar nos algozes das massas e nos politiquinhos reacionários, como o Sr. Quércia, Fleury, etc.

Mas o problema não pára por

aí. Indagada pelo jornalista Robson Luquesi sobre sua atual posição quanto à estatização do transporte municipal, respondeu: "Hoje eu não defendo a estatização desse setor".

Ocorre que os democratas do PT chegaram à Prefeitura tendo por campanha eleitoral a estatização do transporte coletivo, para baratear o custo de vida. Depois de eleita, como faz qualquer politiquinho do PMDB, PSB, PDT, etc, a Sra. Erundina não se envergonha de revelar a mentira. É mais um fato do realismo do governo democrático e popular.

Como vemos, não são os partidos burgueses que deveriam derrubar Erundina, utilizando-se das contas do município, mas sim as massas que foram traídas na sua confiança. Para os reformistas, isto não seria realista. O que os fatos demonstram é que um partido que pretenda dirigir o regime capitalista em crise, para ser realista, tem de se colocar contra as aspirações dos explorados e se apoiar nos exploradores.

Instrumento da Conciliação de Classes

Quando as correntes de esquerda, Convergência, O Trabalho, Causa Operária, apoiaram a "candidatura de esquerda" de Erundina contra a de Plínio Sampaio, o fizeram em nome da luta contra a conciliação de classes. Empenhados no eleitoralismo esquerdista, não puderam reconhecer que se tratava de duas alas democratizantes, destinadas, portanto, a defenderem o pacifismo conciliador burguês.

Adaptada às instituições do Estado e compromissada com as forças que representam o poder econômico no aparelho municipal, Erundina prega abertamente o Entendimento interburguês para superar a crise. Rastejou-se atrás de Fleury, Mário Amato, Quércia, etc para se manter na política eleitoral. E da experiência concluiu: "Ficou provado que, quando o povo acredita numa causa e a leva até às últimas consequências, é possível unir as forças mais diversas. Se isto se der em nível das questões nacionais, a crise do país será resolvida" (Diário Popular, 13/10).

As forças mais diversas a que se refere trata-se da FIESP à Igreja. Enganam-se aqueles que acham que esta é a opinião isolada da prefeita. Erundina é o produto mais genuíno da estratégia do governo democrático e popular e da tática de aliança do PT.

**Romper com o PT Reformista e
Construir o Partido Operário Revolucionário**

Qual o PT das origens?

Frente à proposta da Articulação de liquidar de vez, no 1º Congresso de novembro, a existência de tendências no interior do PT, a Convergência Socialista levantou a bandeira de defesa do PT das origens. No Encontro de Porto Alegre, as correntes como O Trabalho, Socialismo Classista, etc. fecharam posição em torno do PT das origens.

Através de Zé Maria, presidente da Federação Democrática dos Metalúrgicos de MG, a CS lançou uma Carta Aberta em que reivindica ter sido a corrente política a propor a formação do Partido dos Trabalhadores. Com isso, procura dar ao conteúdo da campanha "PT das origens" a reivindicação da CS como núcleo propulsor da formação do PT, que posteriormente foi desencaminhado pela Articulação. O mais curioso é O Trabalho reivindicar o PT das origens, quando na ocasião o caracterizava como pilar da ditadura militar. Assim, cada corrente atribui um significado às origens, fruto do oportunismo como estão encarando a investida da Articulação contra as correntes.

Jamais a CS e O Trabalho fizeram uma crítica e ataque cerrado à estratégia elaborada pela Articulação, que se resume no governo democrático e popular, e à concepção do partido de massas eleitoreiro, que corresponde aos objetivos do governo reformista. Por essa razão, sempre se arrastaram por detrás do eleitoralismo petista e do caudilhismo lulista. E não poderiam lutar contra a estratégia reformista porque não se constroem programaticamente em torno da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

A defesa do PT das origens continua a acobertar o fato de que o PT nasceu sem a estratégia revolucionária. E, também, que desde o início dependeu do caudilhismo sindicalista de Lula, que possibilitou estruturar a corrente Articulação. Não devemos nos impressionar com as formulações dos primeiros manifestos e carta de princípio, que predicam um partido sem patrões, construção de uma sociedade "sem exploradores e explorados", "governo dos trabalhadores", etc., porque estas generalidades refletem de fato a estratégia da democratização do Estado e da criação de um partido de representação eleitoral dos trabalhadores.

A ideia programática central da origem do PT se resume no Manifesto (1986): "Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar legal e legitimamente de todas as decisões da sociedade". A via democrática, pacífica e eleitoral determinou o conteúdo da estratégia reformista, que esteve na origem e que mais tarde foi estruturada na forma do governo democrático e popular. Ocorre que a CS, com sua concepção de fundar os partidos de trabalhadores (antes foi a de criar os PS social democráticos oportunistas), não pode deixar de reivindicar a sua origem. Pretende, assim, com sua exclusão, dar continuidade à política centrada-democrática das origens do PT. Nisto a CS é autêntica, pois a sua contribuição para o nascimento do PT foi a de defender a estratégia democrático-eleitoral do governo dos trabalhadores. Por sua própria origem histórica, o morenismo não poderia ter defendido a construção do partido revolucionário, ou seja, da estratégia da revolução proletária.

Uma Carta Aberta Reveladora

A Carta lançada pelo dirigente da Convergência Socialista, Zé Maria, em defesa do PT das origens reclama que a Articulação, Nova Esquerda e Vertente Socialista "apresentam teses que propõem o total abandono dos ideais que nortearam a fundação do nosso partido". E conclui: "A aprovação dessas teses pode fazer com que nosso partido deixe de representar a luta da classe operária, e de todos os oprimidos e explorados, contra o capitalismo. Ele pode vir a se transformar num partido social-democrata".

Não há maior confissão de que a CS ainda não considera o PT como social-democrata. É como

se tudo fosse depender do I Congresso. Tal colocação acoberta o caráter reformista da estratégia do governo democrático e popular e a sua correspondente tática de aliança com os partidos democratizantes da burguesia, claramente definidos no V Encontro Nacional de 1987.

Há muito tempo o PT assumiu a política pró-burguesa. O Congresso de novembro é apenas seu aprofundamento. Para uma corrente que esteve submetida e comprometida com o eleitoralismo do PT, agora é conveniente dizer que este poderá "vir a se transformar num partido social-democrata".

O problema da democracia interna

A ameaça de expulsão das correntes de esquerda do PT sucitou a discussão da democracia interna. O V Encontro de 1987 aprovou uma resolução limitando o direito de tendência. Em 1990, a direção pôs em prática tal determinação, o que levou a T POR a romper com o PT, considerando sua total burocratização. Um pouco mais tarde, Causa Operária foi excluída, embora se dispusesse a se disciplinar de acordo com os termos da resolução. Próximo do 1º Congresso, a Articulação avança no seu propósito de dissolver as correntes ou expulsá-las.

Se antes se exigia que as correntes acatassem as resoluções político-programáticas reformistas e se limitassem a crítica interna (impossível de se realizar, porque o partido já estava burocratizado de cima a baixo), agora se coloca a sua liquidação. Não mais podem ter jornal, disciplina própria, vínculo internacional, etc.

Em sua tese, a Articulação concentra assim a tendência permissível: "Tendências internas são agrupamentos de militantes que se reúnem em torno de plataformas políticas (gerais ou setoriais), formando-se e desfazendo-se em cada momento de decisão". Uma vez aprovada esta orientação, as tendências passariam a ser circunstanciais. O que quer dizer que as correntes terão de se dissolverem.

Segundo a Articulação, a democracia estaria assegurada, pois as tendências só se justificam em momentos de decisões (Congressos, Encontros). Por seu lado, as correntes acusam a destruição do direito de tendência. Entretanto, neste conflito, ambos os lados evitam de tratar do essencial. Ou seja, a democracia partidária, que significa assegurar o direito de divergência e formação de tendência, e parte do programa, ou seja, da construção do partido sobre a base do programa.

O programa define a natureza do partido e, portanto, de seu regime interno. O programa do PT não é revolucionário. É social-democrata, reformista burguês. Isto faz do PT uma agência eleitoral, vinculada às relações políticas do Estado burguês. A sua estrutura se monta sobre um aparato burocrático, eleitoral-parlamentar. Em sua direção está uma camarilha completamente desvinculada da ação direta das massas. Um partido assim só pode funcionar com um regime de centralismo burocrático. A existência de correntes organizadas se choca com a burocracia reformista, mesmo que dispostas a se sujeitarem a uma certa disciplina.

A democracia real partidária só pode existir sob um programa revolucionário (ou no processo de sua construção), que faça do partido um instrumento das massas para a insurreição anticapitalista. Em lugar de centralismo burocrático (totalitário), se desenvolve o centralismo democrático, que ao mesmo tempo que assegura plenamente a elaboração coletiva, a divergência e o direito de tendência (inclusive fração) permite a unidade na ação. Esse regime partidário só pode existir para concretizar o programa da revolução proletária. As correntes que reivindicam da democracia no PT e são incapazes de se colocar por essa linha agem de forma oportunista.

O Estatuto e a morte de crianças

Não é de hoje que os governos burgueses criam as leis de proteção às crianças. Nas Constituições não faltam artigos sobre o direito à vida, à saúde, lazer, educação, alimentação dos menores. Colôr chegou ao extremo de aprovar um Estatuto da Criança e do Adolescente, com mais de 267 artigos, para "proteger todas as crianças do país".

Qual têm sido o resultado dessas leis? Nenhum. Porque, em primeiro lugar, aumentou a miséria desse contingente de 59 milhões de crianças e adolescentes. Ou seja, mais da metade (50,5%) vive em famílias com ganho mensal inferior a meio salário mínimo (21 mil cruzeiros). No nordeste, a situação é ainda mais grave, 49,4% da população infanto-juvenil vive já na pobreza absoluta. Em segundo lugar, cresceu o número de analfabetos: 21% da população entre 7 à 17 anos não sabe ler nem escrever. O que significa dizer que grande parte das crianças está fora da escola. Em terceiro, também, aumentou o número de crianças que trabalham: 20% das 10 a 14 anos estão no mercado de trabalho. E, por fim, cresceu assustadoramente o número de crianças e adolescentes que são assassinadas. Em São Paulo uma menor é morta a cada dois dias, no Rio de Janeiro, só nesses últimos três meses, já morreram 60 crianças.

Isso demonstra que a burguesia, seus partidos e governos estão sempre fazendo leis, que nunca saíram do papel, pois são eles mesmos que matam nossas crianças de fome e miséria. A "proteção" que é dada na lei é tirada quando a exploração se impõe sobre a maioria da população, na falta de escola, nos crimes patrocinados pela polícia, no salário mínimo de fome (42 mil), na falta de moradia, saúde, etc.

A marginalização das crianças é consequência do regime capitalista, que, para continuar vigente, é obrigado a jogar milhões de pessoas, entre elas as crianças, na pobreza. A superação dos graves problemas que enfrentam nossas crianças só é possível com a destruição desse regime. A educação para 7 milhões de crianças, que estão fora da sala de aula, a saúde, o lazer, alimentação adequada, etc não é tarefa dos governos burgueses e sim do governo operário e camponês a ser implantado.

A destruição de livros escolares

Quinhentas toneladas de livros didáticos pertencentes à Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) foram desviadas e vendidas como sucata. Esses livros deveriam estar nas mãos dos alunos da escola pública desde o início do ano letivo.

O governo comprou 67 milhões de unidades e a FAE distribuiu somente 7 milhões e o restante foi entregue a uma empresa privada para realizar o serviço de distribuição. O que sabemos é que muito pouco livro apareceu nas escolas.

Falcatruas como essas (desvio) já são corriqueiras. Basta lembrar os escândalos da cesta-base na LBA, os roubos da Previdência, as "caixinhas", etc.

A saída para combater tamanha corrupção está nas mãos das massas mobilizadas. Por isso, há que construir os tribunais populares, como instrumento capaz de colocar a nú toda a corrupção do governo, dos partidos burgueses e suas instituições. Cabe aos tribunais populares a tarefa de julgar os culpados e sentenciá-los. A justiça contra as falcatruas só pode ser a justiça das massas mobilizadas e não a justiça burguesa que se desmorona com a decomposição do regime que a sustenta.

Capitalismo e destruição de vida

A crise capitalista além de aprofundar a miséria dos oprimidos com a redução salarial e o aumento do desemprego, mutila fisicamente parte dos operários ao não fornecer equipamentos de segurança para o trabalho nas fábricas.

Nesse ano, segundo dados da Dataprev, órgão que pesquisa para o Ministério do Trabalho, houve um aumento expressivo do número de acidentes e mortes de operários em relação aos anos anteriores.

Estima-se que 500 mil dedos são decepados no ano. Em 1986 ocorreu uma morte em cada 258 acidentes; em 87 uma morte para cada 217 acidentes registrados; em 88 uma morte para cada 193 acidentes e no ano passado uma morte para cada 130 acidentes. Enfim, de um total de 693.572 acidentes registrados morreram 5.355 operários. Isso sem computar os acidentes não registrados que não foram reclamados, o que tornaria os dados acima ainda maiores.

Essa é a lei de cão do capitalismo.

Os operários se quiserem sobreviver, além de fazer greves deverão construir o seu partido político que visa destruir esse regime de opressão e mutilação.

A violência contra crianças no campo

Um relatório do Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA) sobre a violência no campo, divulgado nesse mês, registrou 149 casos de menores feridos em conflitos de terra nos últimos nove anos e revela detalhes sobre as agressões sofridas por eles. A maioria das acusações aponta fatos ocorridos durante a ação de pistoleiros e de policiais militares na retirada de trabalhadores sem terra das fazendas ocupadas.

Um dos fatos relatados no documento aponta que em agosto de 86, em Goiás, "o pistoleiro entrou numa casa, segurou uma criança de quatro meses no ar e encostou o revólver na sua cabeça".

O documento afirma que 37 crianças e adolescentes foram espancados, 30 baleados, 28 ameaçados com armas, 15 torturados, 17 atropelados, 9 estuprados, 9 tomados como reféns, cinco perseguidos, além de três escolas cercadas. A idade das crianças variam de 2 meses a 18 anos.

Outro caso citado ocorreu em abril de 86 no acampamento de Vizeu (PA), quando o lavrador Joaquim Rosa de Oliveira foi crucificado por três policiais militares e obrigado a caminhar por 5 Km com um pedaço de pau enfiado em sua boca. Suas duas filhas menores foram estupradas e seu filho adolescente foi amarrado sobre um formigueiro para "extrair confissão".

A maioria dos casos apontados no relatório estão distribuídos em todo país, ocorrendo em maior número no estado do Pará.

A burguesia utiliza-se da violência reacionária para tentar conter o choque profundo entre as classes.

A solução para rebater essa ação violenta está na ação revolucionária das massas. Torna-se necessário a formação dos comitês de auto-defesa e as milícias camponesas opostos aos jagunços e ao aparelho repressivo do Estado.

A volta das demissões em massa A resposta é ocupar as fábricas

A demissão de uma só vez de mil metalúrgicos da Brastemp não é um fato isolado. Na maioria dos ramos industriais vem ocorrendo dispensa. A queda de 20 a 30% nas vendas ou mesmo a sua previsão têm levado o patronado a cortar empregos na mesma proporção. Os capitais se protegem da recessão reduzindo o quadro produtivo da empresa.

A política econômica do governo é recessiva, porque se baseia na redução salarial, demissão de funcionários públicos, diminuição de investimentos, altas taxas de juros, desvalorização cambial do cruzeiro, pagamento da dívida externa, etc. Por sua vez, o desemprego aberto intensifica a queda do consumo e da produção.

Nos momentos de demissão em massa, fica claro o quanto a força de trabalho depende dos capitalistas. E também o quanto é consequência do sistema econômico burguês caduco, que não pode assegurar o pleno emprego.

Quando os capitalista desempregam para assegurar seus lucros e manter seus negócios, demonstram o esgotamento da economia baseada na crescente exploração do trabalho. Os assalariados não poderão se defender da crise social, provocada pelo desemprego, senão recorrendo às formas mais radicais de luta coletiva. Empregados e desempregados devem se unir, ocupando as fábricas, exigindo que todos os capitalista (não apenas individual) abram suas contabilidades e impondo o controle operário da produção.

A burocracia sindical é contra esta via, por isso colabora com os patrões.

CAMPANHAS SALARIAIS

Por Uma Greve Geral Unificada Pelo Comando Único Intercategoria

Nos meses de outubro e novembro ocorreram várias campanhas salariais. São mais de dois milhões de trabalhadores metalúrgicos, químicos, plásticos, de carnes e frios, etc, que podem transformar sua luta de categoria numa ação geral contra o governo e os patrões, através da unificação.

A tendência de luta está presente em todas as categorias. As atividades de campanha têm mobilizado centenas de trabalhadores. Apesar da onda de demissões, o movimento operário dá sinais de que está disposto a enfrentar o arrocho e o desemprego com a greve.

Embora tenha aprovado como objetivo no Encontro de Santo André, até o momento a CUT não viabilizou a unificação de fato das campanhas, colocando a greve unificada, para impor as reivindicações. A política das direções e a burocratização dos sindicatos são um bloqueio à unificação. Cabe às assembleias, plenárias, etc elegerem comandos de greve unificados, que expressem as tendências de luta demonstradas.

Pelo fim da perseguição política a Ciro Garcia e de todos os demitidos do BB

Ciro Garcia, militante da tendência Convergência Socialista e ex- presidente do Sindicato dos Bancários do RJ,

foi demitido nesta última greve do Banco do Brasil juntamente com outros funcionários.

Para impor o arrocho, o governo além de demitir, usando esta medida punitiva para desmoralizar o movimento grevista, utilizou a foto de Ciro Garcia na televisão, procurando marginalizá-lo e reprimi-lo mais ainda.

Este ataque caracteriza-se abertamente como perseguição política à direção do movimento.

Novamente fica demonstrado a tese da TPOR da necessidade de se construir os comitês contra a repressão que o Estado burguês vem desencadeando gradativamente sobre os movimentos.

A TPOR se solidariza com os perseguidos, colocando-se contra as demissões, pela volta imediata ao trabalho e pelo fim da opressão política.

SBC: na Maxion a negociação por fábrica "não deu resultado"

A política da "negociação por fábrica", levantada pela diretoria do sindicato do ABC, tendo como referência o índice de 48,08% dado pela Autolatina, demonstrou ser um fracasso.

Na Maxion, os 1400 operários, que reivindicaram apenas 15,31%, voltaram ao trabalho sem nenhuma conquista, prometendo nova paralisação em novembro.

Essa política de "negociação por fábrica" baseia-se no método da divisão da classe para condicionar os operários a reivindicar apenas migalhas aos capitalistas. A burocracia, ao manter a divisão da classe, permite que os burgueses individualmente façam o que quiser com os "seus operários".

Para quebrar a política de arrocho e desemprego é preciso potencializar a luta operária, unificando a classe, preparando a greve unitária em torno das reivindicações de reposição das perdas, a escala móvel de salários e de horas de trabalho e o piso do DIEESE.

A defesa da Campanha Salarial Unificada, promovendo a unidade operária de SP e SBC, é fundamental para acirrar a luta de classes contra a opressão social.

A caminhada dos sem teto É preciso unir o trabalhador do campo e a cidade

Os sem-terra de Mirante de Parapanema realizaram uma caminhada de protesto de 150 quilômetros até Presidente Prudente. Isso demonstra a grande disposição de luta desses camponeses pobres.

Apesar do monumental empenho dos 670 manifestantes, a marcha teve pouca repercussão. Nada de concreto foi feito em apoio, nem mesmo um ato foi realizado nas grandes capitais.

Contribuiu para o isolamento da marcha não só o fato de ser utilizada pelas direções não revolucionárias (a Igreja, CEBs- comunidades eclesiais de bases), como também pela política da CUT, que se nega a fazer uma ampla campanha no movimento operário em apoio aos sem-terra e construir os comitês de luta. A direção da CUT, ao contrário, tem usado o movimento camponês para o carreirismo eleitoral. Nesse sentido, não faltaram discursos no dia da chegada da marcha em Presidente Prudente.

A marcha, que expressa um método de luta e de resistência, acabou sendo um fato em si mesmo, pois nem a denúncia conseguiu ganhar corpo. O movimento dos sem terra terá de construir uma direção revolucionária, que possibilite a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo.

Quem são os responsáveis pela quebra da greve dos trabalhadores em educação?

Os professores paulistas realizaram uma greve heróica e de resistência à ofensiva do governo Fleury. A reivindicação central era de reposição de 152% (piso salarial do Dieese). O governo peemedebista não abriu negociação e apostou na divisão que se instalou no interior do movimento para derrotá-lo. Fleury é o braço direito de Collor na aplicação dos planos antinacionais e antipopulares em São Paulo. Por isso, irá, cada vez mais, descarregar a crise financeira do Estado nas costas do funcionalismo (arrocho salarial) e na destruição dos serviços públicos (educação e saúde).

As direções (Apeesp, Afuse) que se posicionaram contrárias à greve, no momento de sua deflagração, assumiram-na apenas formalmente, pois não deram um passo concreto para superar a divisão do magistério. Isto significa que o CPP e Udemo permaneceram contra a greve. Trabalharam contra a unidade com o funcionalismo, contra a unificação com os outros setores que estavam em greve e apresentaram propostas distraçionistas para desmoralizar a vanguarda combativa e isolá-la do conjunto da categoria.

Para reverter esse quadro era necessário a aprovação de um comando de greve, eleito na assembléa, que encarnasse a disposição de luta dessa vanguarda, que se mostrava disposta a resistir à ofensiva de Fleury. O

que foi rejeitado pela maioria do Conselho de Representantes e pelas diretorias. Cabe ressaltar o pavor que se criou, por parte das direções, de perder o controle da greve.

Por outro lado, essas mesmas direções, juntamente com a Convergência Socialista, combateram duramente a proposta de enfrentamento com o governo. A ocupação da Secretaria da Educação, como instrumento de pressão para abrir a negociação e como mecanismo de impulsionar uma parcela da categoria, que resistia em sair em greve, foi combatida com "unhas e dentes", para que não fosse aprovada nas assembléias. A diretoria (corrente Articulação) e a Convergência Socialista, ao combaterem a proposta de ocupação, se colocaram por derrotar o movimento grevista. A partir daí, se uniram para defender o fim da greve.

O POR (corrente proletária na educação) defendeu os métodos de enfrentamento com o governo entreguista e, por isso, propôs a ocupação e também defendeu a formação dos comandos de greve.

Para um balanço do movimento grevista, realizamos uma avaliação que está publicada no folheto da corrente proletária do mês de outubro. A compreensão dos verdadeiros problemas políticos que estavam por detrás do movimento é a condição necessária para desenvolvermos um trabalho na classe.

No mundo todo, o Capitalismo destrói a Educação

No Peru, os trabalhadores em educação estão em greve desde 8 de maio, cinco meses, exigindo salário digno e uma escola democrática. A resposta de Fujimori tem sido a repressão e o descaso com a escola pública. No Brasil, não tem sido diferente, os governos têm golpeado duramente as greves dos educadores. Os trabalhadores têm resistido à ofensiva antinacional e antipopular dos governos neoliberais. Por isso, têm realizado greves longas, como no Piauí (8 meses), Paraíba (55 dias), Minas Gerais (86 dias), Espírito Santo (36 dias), etc. O que mostra a disposição de luta de um setor que vem sendo proletarizado pelos baixos salários.

A repressão aos movimentos grevistas, o sucateamento da escola pública e o arrocho salarial são elementos da política de Collor, Fujimori e de todos os governos ditos neoliberais. O que demonstra a incapacidade desses governos de manter a educação pública e gratuita. São verdadeiros porta-vozes da política imperialista, para a qual não há lugar à educação pública e gratuita. Nesse sentido, reduzem as verbas para o ensino, num claro propósito de privatizá-la.

A experiência têm mostrado que não há outro caminho para o movimento dos educadores senão a unidade com a classe operária. A profunda crise da educação é reflexo da crise estrutural do capitalismo, que se esgota enquanto possibilidade de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, a defesa da escola pública, gratuita, laica, autônoma, passa pela mobilização mais geral de pais, alunos, professores contra o regime que se tornou incapaz de financiá-la.

O protesto dos professores de Diadema

Professores municipais de Diadema realizaram no dia 15 de outubro (dia do professor) uma manifestação de protesto contra a diretora de educação Arabela Fonseca. Os professores exigem a demissão de Arabela, pelo fato de ser extremamente autoritária, não acatar os atestados médicos para a justificativa de faltas, perseguir e demitir professores sem motivo justo.

A passeata percorreu o centro da cidade e se dirigiu para a prefeitura, onde foram proibidos de entrar. Os professores, apesar do cerco policial, ocuparam a prefeitura e exigiam ser

recebidos pelo prefeito. José Augusto, como sempre fez, não recebeu nem mesmo a comissão. Ao contrário, exigiu a expulsão dos ocupantes através da justiça (reintegração de posse). Como o mais mesquinho político burguês, ameaçou de demissão e ao mesmo tempo saiu em defesa da diretora de educação, sua apadrinhada.

As atitudes tomadas pelo prefeito petista já não são novidades, pois sempre reprimiu os movimentos de protestos. Basta lembrar as punições à comissão da ETCD, aos ocupantes de buraco do Gazuzo, da Vila Socialista e

agora aos professores municipais. Para administrar a prefeitura, José Augusto se coloca contra as massas e junto com os governos burgueses repressivos.

Cabe aos professores, em assembléa, votar a continuidade do movimento e chamar a unidade de todo o funcionalismo para impor as reivindicações dos trabalhadores contra as medidas punitivas do prefeito e de Arabela. Os mestres devem exigir um claro posicionamento do PT contra as arbitrariedades contidas.

Que os trabalhadores assumam a ETCD Nem DSU, nem presidente colocado pelo prefeito

A empresa de transporte coletivo de Diadema foi criada em 1986 por pressão do movimento popular. Apesar de ter conseguido a estatização dos transportes, não foi capaz de impor o controle dos trabalhadores sobre a empresa. Aprovou-se um estatuto, onde se prevê um conselho deliberativo, porém, este ficou descaracterizado porque é o prefeito quem manda na empresa (escolhe o presidente e este os cargos de confiança).

Na ETCD têm prevalecido o clientelismo, o roubo e a destruição dos ônibus. Agora, o prefeito José Augusto tenta acabar com o conselho deliberativo para passar a empresa diretamente sob seu controle (departamento de serviços urbanos). Esse é um passo para o fim da estatização e consequentemente a sua privatização.

Cabe aos motoristas, cobradores, mecânicos e as massas populares mobilizadas exigirem o controle da ETCD e a defesa da empresa estatal.

O controle pelos trabalhadores através das assembléias, a eleição direta da comissão de funcionários para dirigir a ETCD e o caráter revogável do mandato são fundamentais para pôr fim à

corrupção, ao empreguismo e às falcatruas. Somente o controle coletivo, baseado na democracia operária, poderá fazer frente à investida privatizante do prefeito e às condições de sucateamento a que foi reduzida a ETCD.

Os trabalhadores devem defender: 1) que o presidente seja eleito pela categoria, seu cargo é de coordenação dos serviços e das atividades gerais e seu salário não deve ultrapassar o de um motorista; 2) os mandatos pertencem aos trabalhadores que elegeram, por isso cabe a eles revogá-los a qualquer momento; 3) cursos de capacitação profissional permanente para todos os funcionários; 4) que haja revesamento de funções entre a categoria; 5) estabilidade para todos; 6) soberania das assembléias.

A luta dos trabalhadores pelo controle da empresa é parte do programa da classe operária de destruição do capitalismo. Por essa razão, se coloca para a vanguarda construir o Partido Revolucionário, avançar a consciência política das massas trabalhadoras e organizá-las independentemente da burguesia e seus partidos.

TÊXTEIS SP

Fortalecer a Oposição e organizar a luta

Os trabalhadores têxteis têm enfrentado nesta campanha salarial as demissões massivas em algumas das principais fábricas da categoria e a conduta burocrática-totalitária dos pelegos do sindicato, ligados à Força Sindical.

Além de não moverem uma palha contra as demissões, delatam todo trabalhador que ouse propor algo diferente das "propostas" da diretoria, expondo-o à represália patronal.

A evolução da campanha salarial demonstra a que nível de burocratização é capaz de chegar a corrupta direção do sindicato.

Chamamos de burocracia sindical a camarilha formada por dirigentes que abraçam uma política burguesa e acabam se libertando do controle das bases que os elegeram, ao mesmo tempo em que se apegam às regalias que o aparelho sindical lhes proporciona. Dai vamos ver que a principal preocupação dela é a

sua perpetuação nos cargos sindicais, formando todo o tipo de aparato e utilizando todo o tipo de manobra para impedir a soberania das assembléias.

A medida que se perpetuam, essas camarilhas aumentam seu poderio econômico, usurpando pouco a pouco as finanças do sindicato e mantendo uma profunda ligação com a patronal, pois o êxito no carreirismo destes dirigentes depende diretamente da sua submissão ao que lhe ordena a burguesia. Isto se explica pela necessidade da burguesia de freiar as lutas operárias, evitando assim que no ascenso os trabalhadores destruam a propriedade privada (única forma de se libertarem).

Neste momento está colocado aos operários têxteis a necessidade de organizar a luta, para levar a campanha salarial à greve generalizada e para varrer a burocracia de nosso sindicato. Para isso é necessário fortalecer a oposição.

Telesp: Rumo à privatização

Enquanto se discute, via Emendão, a possibilidade de privatizar a Telebrás, as empresas subsidiárias do sistema já se encontram em franco processo de privatização. Porém, para contornar alguns entraves constitucionais, esta medida se dá de maneira informal.

No caso particular da Telesp, várias medidas já foram tomadas, a exemplo do PCT que permite o projeto de construção de redes e estações telefônicas pela iniciativa privada e do Projeto Assinante, que retira das mãos da empresa a manutenção e instalação interna e manutenção das linhas telefônicas e reduz a obrigatoriedade apenas à rede externa.

No caso específico do chamado "Projeto Assinante", se faculta ao assinante da linha telefônica acionar qualquer profissional, para executar serviços, o que dá margem à criação de inúmeras empresas paralelas atuar no setor. Desta forma, o que assistiremos a seguir será um aumento de demissões no setor de instalações e reparos, sem contar que, com a elevação dos preços dos serviços prestados pela empresa, se mobiliza a população no sentido de apoiar a privatização de forma indireta.

Desta maneira, se implanta a curto prazo e "debaixo dos panos" a política entreguista e antinacional de Collor, apoiada pelo governo Fleury. Está colocado aos trabalhadores da Telesp denunciar o avanço da privatização informal, bem como o projeto de desestatização, e se mobilizar por um grande movimento em defesa do estatismo.

Há que se fortalecer a oposição classista para enfrentar a burocracia sindical, para a garantia de emprego e por se colocar contra a privatização. Uma oposição classista unida aos trabalhadores não apenas para a campanha salarial, mas que se coloque diariamente contra as exploração de classe, tornando o sindicato um organismo de luta de massa.

**Viva o Aniversário da Revolução Russa !
Morte ao capitalismo !
Em defesa do marxismo
Viva a Revolução Mundial !**

LIT - A Questão do Partido

Um dos pontos centrais do documento Internacional da LIT-QI é sobre a construção de Partidos de Trabalhadores não só na América Latina como no Leste Europeu. Apoiando-se nas colocações de Trotsky, feitas em 1938 para os EUA, afirma: "Em países onde o proletariado tem um nível de consciência atrasada e não conquistou a independência política de classe, o chamado a um PT pode ser uma alavanca muito importante".

Ao lado dessa formulação, a LIT traz a novidade dos partidos trotskizantes. Considera direções revolucionárias partidos trotskizantes. Segundo um prognóstico dos morenistas, os acontecimentos do Leste Europeu poderiam dar lugar à construção de direções revolucionárias a partir do surgimento de partidos trotskizantes, que de fato não ocorreu. Eis a colocação: "Tampouco se confirmou, pelo menos até agora, nosso prognóstico que, com esta primeira revolução de fevereiro, paralelamente se fortaleceria o partido trotskista e/ou surgiriam correntes centristas trotskizantes ou pelo menos tendências para a esquerda, pró-socialismo sem burocratas". Mantendo tal possibilidade, em outra passagem, admite que "o proletariado soviético avançará em sua consciência de classe, o que significa a construção de uma direção

revolucionária, um partido trotskyta ou trotskyzante".

Como marxista, Trotsky defendeu a necessidade de intervir nos movimentos pela construção do partido operário, porém para defender um programa de transição, que conduziria à estruturação do partido revolucionário. Rejeitou a política estalinista e dos liberais que impulsionavam o movimento para um partido reformista, bem como a idéia do programa mínimo reformista.

Um partido trotskyzante (centrista) não pode ser considerado como a construção de uma direção revolucionária, como faz a LIT, o mesmo se passa com os PTs reformistas. Em suas formulações Trotsky diz: "Não direi que o partido operário é um partido revolucionário, mas que faremos todo o possível para que isso aconteça". Certamente, isto vale enquanto se tratar da formação do partido, em que não se cristaliza a política reformista. A LIT, ao contrário, faz da idéia do PT e do partido centrista trotskyzante uma panacéia para resolver a crise de direção, como se pudessem jogar um papel revolucionário (direção revolucionária).

A política oportunista-eleitoral da Convergência no Brasil e sua negação de defender um programa de revolução proletária são responsáveis por acobertar à construção do PT reformista.

Jamais a CS trabalhou em defesa do partido operário revolucionário, como fruto da construção do programa da ditadura do proletariado.

Os revisionistas do trotskismo não podem compreender que a tarefa estratégica é a de levantar a construção dos partidos revolucionários trotskistas, que por sua natureza serão marxistas-leninistas. Não cabe ao revolucionários substituir esta tarefa pela dos PTs e partidos trotskyzantes. A defesa do internacionalismo proletário, isto é, da revolução mundial e construção da IV Internacional, é a via pela qual a vanguarda se coloca pela formação dos partidos revolucionários.

Papa chora sobre a miséria e defende o capitalismo

O Brasil enfrenta uma profunda crise econômica, apesar disso o governo, que se declarou falido ao Conselho de Estado, gastou uma fortuna na recepção do Papa (700 milhões para uma estadia de horas só em Brasília). Isso sem contar com o rio de dinheiro que foi gasto pelo governo de Alagoas, Santa Catarina, Rio Grande do Norte (estados falidos economicamente).

Este fato é explicável, uma vez que o governo necessita da presença do Papa para conter o avanço da luta de classes (através da prédica, da conciliação de classes), propondo que os oprimidos aguardem pacificamente a solução da crise.

O que é importante notar é que as massas não compareceram massivamente nas celebrações religiosas. O que demonstra a desconfiança dos explorados na missão do Papa de defender o capitalismo.

De fato, o Papa lamentou tanta miséria no Brasil, comparando-a com Benin (África), e benzeu a favela Nova Palestina, onde vivem 45 mil pessoas sobre um depósito de lixo e, finalmente, defendeu o capitalismo contra o coletivismo marxista. Este representante da Igreja, que vive no paraíso, para quem o governo gastou milhões, só pode defender o regime econômico dos exploradores. O capitalismo é o sustentáculo do Papa e, por isso, a missão papal só pode ser de defesa da propriedade privada.

GOLPE NO HAITI

Jean Bertrand Aristides, presidente do Haiti, eleito em Dez/90, foi deposto em 30.09 por um golpe de Estado, dirigido pelo general Raul Cedras.

O Haiti é o país mais pobre do hemisfério ocidental. Vive conflitos sociais permanentes em função da crise econômica que se aprofunda.

No período de 1957 a 1986, sob a ditadura da família Duvalier, chegou a ter 75% da população vivendo em miséria absoluta. Neste período, houve 14 tentativas de golpe de setores do exército e muitas manifestações de massa contra a repressão da polícia política - tanton macoute - muitas delas dirigidas por Jean Bertrand, até a greve geral.

Diante dos conflitos, o imperialismo pressionou para abrir a etapa democrática no país, como

forma de conter a crise social e manter o regime de exploração do trabalho. Assim, o governo de Baby Dock, última dinastia Duvalier, foi substituído, pela via eleitoral, pelo governo democrático-popular de Jean Bertrand.

O governo democrático-popular de Jean Bertrand não durou sete meses, uma vez que, respondendo à pressão do imperialismo, substituiu a luta de classes pela democracia burguesa. Ao invés de se apoiar nas massas e acirrar a luta de classes contra o regime burguês, preferiu apoiar-se no imperialismo por migalhas, constituindo um governo de conciliação com a burguesia, mantendo o aparato estatal e o exército regular, forma típica de proteção dos interesses burgueses. Não foi por acaso que o general Raul Cedras

ajudou a eleger Jean Bertrand e hoje o depõe através de um golpe, representando os interesses oligárquicos.

O governo democrático popular foi incapaz de armar as massas e chamá-las a defendê-lo contra o golpe. Buscou o apoio do imperialismo, solicitando inclusive a intervenção militar para garantir-lhe o retorno democrático.

Os problemas sociais e econômicos, bem como a verdadeira democracia só virão com a implantação do governo da ditadura proletária, um governo que não virá das urnas e sim da insurreição das massas do Haiti contra o governo ditador, expropriando a oligarquia econômica, rompendo com o imperialismo e construindo o exército popular.

Sobre a crise da União Soviética (URSS)

TROTSKY PREVIU A VOLTA DA URSS AO CAPITALISMO

Em seu famoso livro "Que é e para onde vai a URSS?" (que passou para a história com o nome de "A Revolução Traída"), Trotsky aplicou o método marxista para estudar a natureza da URSS e para prever seu futuro desenvolvimento. Hoje, 55 anos depois de escrito o livro, podemos constatar que o poderoso pensamento do revolucionário foi confirmado pela história.

Contra a opinião generalizada do estalinismo, no sentido de que URSS era já socialista, Trotsky destacou que, se bem que a estatização dos meios de produção houvesse avançado em grande medida, o desenvolvimento das forças produtivas não havia alcançado ainda o nível dos países capitalistas mais avançados, situação que impede a tipificação da URSS como "socialismo". Na verdade, o surgimento de uma camada burocratizada e inimiga do marxismo no interior do partido e do Estado operário determinou a degeneração destes.

A burocracia contra-revolucionária

segundo Trotsky não uma classe social, mas uma camada surgida do seio da classe operária defendeu por algum tempo a propriedade estatal e a economia planificada, mas "de tal modo que prepara o esmagamento do sistema, pondo em perigo as grandes conquistas da revolução". Por isso, falava do "guardião desonesto" da economia planificada.

Assim, o desenvolvimento das tradições no interior do Estado operário degenerado só tinha duas saídas: a revolução política, que supõe a expulsão do poder da burocracia estalinista por parte do proletariado revolucionário, que marcha para o socialismo; ou o retorno ao capitalismo, que supõe um retrocesso histórico de grande envergadura. Por isso, Trotsky se perguntava: "O funcionário acabará por devorar o Estado operário ou a classe operária pulverizará o funcionário?"

Em 1991, podemos dizer que a variante menos desejada pelos revolucionários se vem produzindo

diante de nossos olhos: o estalinismo contra-revolucionário, agente do imperialismo norte-americano, expressado por Gorbachov e através da "perestroika", abre de par em par as portas para o capital financeiro e para o retorno da propriedade privada à URSS, destruindo as próprias bases do Estado operário.

A marcha de retorno ao capitalismo começou e a previsão de Trotsky lamentavelmente se cumpre em sua variante mais negativa. E mais, o golpe dos estalinistas "duros" tem demonstrado que o imperialismo tem conseguido criar uma importante corrente pró-capitalista no seio dos próprios explorados, que inclusive têm ofertado suas vidas para apoiar Yeltsin, homem de confiança do imperialismo.

Agora se trata da estruturação do partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional, chave da vitória da revolução política, tal como Trotsky nos ensinou.

(Extraído do jornal "Massas" boliviano nr 1262 de 26.9.91)

URSS NO FMI

A URSS acaba de ser aceita como membro associado ao FMI. Gorbachov pretendia a inclusão de seu país como membro efetivo, para sacar bilhões de dólares em empréstimos. Mas o FMI lhe negou essa condição, obrigando-a primeiro a realizar a reforma constitucional, abrir aos representantes do Fundo todos os dados e informações sobre a economia, privatizar, fazer ajuste fiscal e consolidar nova estrutura política e econômica do país.

A burocracia contrarrevolucionária já aceitou as condições e vai promover os ditames do FMI na URSS. Seu resultado já é conhecido em outros países, como por exemplo a Bolívia, o México e outros países da América Latina. Trará recessão, desemprego, miséria e aumento da opressão nacional.

A restauração capitalista na Rússia não é a via para solucionar a sua quebra econômica. Ao contrário, sua implantação fará dela uma semicolônia do imperialismo. A burocracia traidora procura ganhar apoio das massas, convencendo-as de que é a única saída possível.

Objetiva assim impedir que o proletariado se revolte contra a ditadura pró-capitalista do velho estalinismo e apresente a solução socialista, que passa por controlar a economia e o Estado. Para se tirar a União Soviética do precipício, será necessária a revolução política.

FMI reunido contra as nações oprimidas

Reuniu-se nos dias 16 e 17 em Bangcoq, na Tailândia, O Fundo Monetário Internacional. O Fundo é uma associação de 155 países, controlada pelo capital financeiro americano, europeu e japonês, que objetiva negociar com as nações atrasadas as dívidas externas e a crise econômica, impondo "planos de estabilização" em troca da renegociação das dívidas e novos empréstimos. É uma agência do imperialismo e serve como instrumento de ingerência sobre os países atrasados.

A reunião avaliou a crise mundial (estagnação generalizada) e seu desenvolvimento. EUA, Inglaterra e Canadá enfrentam retrocesso econômico. Constatou-se o crescimento da concentração de renda a nível mundial, do qual o próprio país onde se realizou o encontro é exemplo: a Tailândia tem 24% da população (57 milhões) vivendo abaixo do nível de pobreza absoluta, apesar do PIB ter crescido 11,2% ao ano, de 1987 a 1990, fruto da "industrialização" do país, que atraiu investimentos estrangeiros pela baratíssima mão de obra e aplicou as receitas do FMI.

As propostas apresentadas no encontro vão no sentido de aprofundar essa situação em todo o planeta: estimular as privatizações, impor ajustes fiscais, etc. E principalmente submeter a União Soviética e o Leste Europeu aos objetivos de restauração do capitalismo.

O capitalismo falido atacará mais fundo as massas oprimidas no mundo todo. O parasitismo do imperialismo será ainda mais estimulado pelo chamado "neoliberalismo".

PALESTRA EM RECIFE SOBRE A DITADURA PROLETÁRIA

Dia 25.10 - 20 horas, no Sindicato dos Marceneiros - Rua do Sossego, 422 - Centro, haverá a palestra sobre a Revolução e Ditadura Proletária. Participe!

Bolívia: O Fracasso das Eleições Municipais

A esta altura, ninguém pode duvidar de que as eleições municipais serão um rotundo fracasso. As massas definitivamente lhes deram às costas, já não crêem em absoluto na farsa democrática burguesa. A quinze dias do encerramento das inscrições, só há 300.000 inscritos. A cifra subirá nos últimos dias pelas sanções, mas isso já não tem nenhuma importância.

Mas o aspecto mais sugestivo da profundidade do repúdio popular às eleições, que é o repúdio à politicagem burguesa, é o desânimo no seio dos próprios partidos burgueses. O CON-DEPA se desmorona e, ainda que finalmente participará, não cabe dúvidas de que sofre uma crise interna que em definitivo se explica, num partido essencialmente eleitoreiro, pela atitude das massas.

Montalvo, em Sucre, a principal figura do MBL, declina de sua indicação e diz que é porque, para a população todos são corruptos. Bañentos, em Oruro, não quer ser o candidato do Acordo Patriótico, diz que prefere sua tribuna parlamentar, Rivas da ADN em Cochabamba igualmente não aceita sua indicação.

Se as massas não crêem nas eleições para nada, se seu repúdio à politicagem burguesa, à corrupção e à demagogia, tem alcançado tal profundidade que até os candidatos se excusam, quer dizer que estas estão dispostas a levar a batalha para outro campo, no da luta nas ruas mediante a mobilização e a ação direta, à margem da ordem e da lei.

A situação revolucionária evolui rapidamente e se aprofunda, a luta insurrecional se perfila no horizonte.

Palestras e Campanha Financeira da T POR

A TPOR, como parte de sua campanha financeira, realizou quatro palestras em São Paulo.

Na primeira, em 24/08, sobre o Aniversário do assassinato de Leon Trotsky, destacou-se a vigência da Teoria da Revolução Permanente como instrumento científico para a ação revolucionária.

Na segunda, em 06.09, cujo tema foi a Luta Antimperialista contra as Privatizações, foi enfocada a necessidade de defesa do estatismo e a incapacidade da burguesia enfrentar o imperialismo, cabendo portanto ao proletariado dirigir o movimento nacional antimperialista, parte da luta pela revolução socialista.

A terceira, 20/9, "A Luta pela Terra e a Revolução Proletária", mostrou-se a inviabilidade da reforma agrária no capitalismo, como concebem o reformismo, o clero de esquerda, etc. As transformações agrárias, que liquidarão com o poder dos latifundiários, só virão no bojo da revolução proletária. Por isso é fundamental impulsionar a aliança operária-camponesa.

Na quarta palestra, em 12/10, sobre "As Concepções da Revolução Brasileira", foi analisada a caducidade das teses do nacionalismo burguês e do reformismo para desenvolver as forças produtivas do país, isto é, resolver as tarefas nacionais pendentes, como a independência nacional, o problema agrário, amplo desenvolvimento do mercado interno, superação dos desequilíbrios regionais, fim da miséria das massas e a erradicação do analfabetismo, dada a sua impotência perante o imperialismo. Somente o proletariado levará a cabo essa tarefa, apoiado na maioria nacional oprimida, na luta por contruir o governo operário e camponês, isto é, ditadura proletária.

Esses debates demonstraram ser importantes para a elevação teórica e conhecimento da realidade nacional, necessários para a construção do programa. Sem o programa não será construído o POR no país, instrumento fundamental para a classe operária dirigir a maioria explorada no processo histórico de expropriação da burguesia nacional e rompimento com o imperialismo.

A próxima palestra será sobre a Revolução Russa. Participe!

74. Aniversário da Revolução Russa

Em 25 de outubro de 1917, na Rússia, se deu a primeira revolução proletária vitoriosa, dirigida pelo partido marxista-leninista bolchevique. A insurreição de massa e a tomada do poder pela classe operária, em aliança com a maioria camponesa, confirmou a estratégia histórica do Manifesto Comunista, de 1848, redigido por Marx e Engels. Ou seja, nos termos do Manifesto: "Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que lavra na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia".

O proletariado russo, em meio à guerra que despedaçava a vida das massas, alcançou alto grau de organização através dos conselhos (soviets), que lhe permitiu conquistar o poder do estado pela derrubada violenta da burguesia. Através da insurreição de massa, na qual foi decisivo o levante camponês, se pôde expropriar os meios de produção dos capitalistas e nacionalizar as terras, antes sob o domínio dos latifundiários.

Em lugar da economia burguesa surgiu as bases da economia socialista com a estatização dos grandes ramos de produção, do capital financeiro e estabelecimento do monopólio do comércio exterior. Em lugar do Estado burguês, nasceu o Estado operário; da democracia formal burguesa, a democracia soviética proletária; da ditadura da minoria burguesa exploradora, a ditadura revolucionária da maioria contra a minoria (a ditadura proletária), enfim, em lugar do sistema de exploração, nasceu o sistema coletivo de produção e distribuição.

O proletariado russo só pôde realizar este feito devido à existência de um programa de transformações revolucionárias, materializado na construção do partido bolchevique, liderado por Lenin.

Hoje, setenta e quatro anos depois, assistimos à restauração do capitalismo na União Soviética. E o imperialismo explica que isto ocorre devido ao fracasso da economia planificada e socializada. O que é totalmente falso. Se no período revolucionário de 1917, a burguesia mundial se lançou desesperadamente contra a revolução proletária, procurando conter seu desenvolvimento internacional (a revolução alemã), agora, frente à monumental crise do capitalismo, joga todo seu peso para que a derrocada do estalinismo não dê lugar à revolução política, que recoloca os princípios internacionalistas da revolução bolchevique.

A Revolução de 1917 não só mostrou a viabilidade histórica do socialismo, como colocou a necessidade do internacionalismo proletário para a sua realização. O partido de Lenin, em nenhum momento, descuidou desta premissa básica do marxismo. Ao contrário, respondeu a condicionando a sustentação da Revolução Russa à revolução alemã, a partir daí a europeia. O estalinismo quebrou as bases do internacionalismo de 1917. E assim abriu um período de contra-revolução.

A evolução da doutrina do socialismo em um só país de Stalin foi de encontro com a restauração capitalista, que ora presenciamos com as teses da Perestroika. Aos marxistas-leninistas, que são os trotskistas da atualidade, cabe defender à morte a Revolução Russa, pois ela deu concretude ao Manifesto Comunista, por intermédio do programa bolchevique.

Viva a Revolução Russa!

Abaixo a Perestroika pró-capitalista!

Morte ao capitalismo!